

Um dos principais desafios do século XXI será recuperar e transferir para as gerações futuras um estoque de recursos naturais de forma a permitir a sustentabilidade da vida no planeta, condicionada a uma oferta crescente de qualidade de vida. Entre as dificuldades da implantação de novos modelos produtivos (agrícolas ou industriais) compatíveis com a situação conjuntural socioeconômica do país, ressalta-se a necessidade de mudança no uso de recursos naturais, no sentido de abandonar o extrativismo em prol da conservação e de conquista da sustentabilidade. Esse anseio da sociedade moderna foi concretizado pelo Poder Legislativo ao instituir, por meio do Código Florestal, Lei Federal nº 4.771/65, a proteção da flora, da fauna, do solo e das águas. A imposição da recomposição florestal, nas áreas de preservação permanente, demonstra essa preocupação. No entanto, como a restauração de áreas de preservação permanente tem sido incipiente, é necessário discuti-la com os segmentos sociais para aprimorá-la, de forma a permitir que o real objetivo seja atingido. É preciso verificar melhor quais são as dificuldades da aplicação da legislação vigente em uma microbacia segmentada por propriedades, onde a restauração florestal haverá que competir com a produção de alimentos e, principalmente, de renda. Na atualidade, o estado deve, com a comunidade, articular e coordenar a busca e delineamento da reconversão agrícola, garantindo a geração e teste de novas tecnologias para alicerçar políticas indutoras da sustentabilidade, tal qual enunciada na Agenda 21. A microbacia do Piracicamirim, por sua favorável localização geográfica, permite a realização de estudos tanto de problemas urbanos como rurais, e sua foz se dá no *campus* da Luiz de Queiroz, local ideal para o monitoramento da hidrologia. A microbacia ocupa uma área total de 12.950 hectares, a maior parte no município de Piracicaba, estendendo-se, também, aos municípios de Saltinho e Rio das Pedras.

### 105 Políticas públicas territoriais e autossustentabilidade: avaliação e propostas para a bacia hidrográfica do Mogi-Mirim

Francisco José da Costa Alves  
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Processo 2000/02042-2  
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

O objetivo do presente projeto é realizar o desenho de políticas públicas embasadas territorialmente, direcionadas a complexos agroindustriais regionalizados e de forte impacto econômico, social, político e ambiental. O território em análise é o da bacia hidrográfica do Mogi-Mirim. O agregado de atores coletivos e individuais em torno do

comitê para o desenvolvimento sustentável da bacia do Mogi-Mirim compõe um campo organizacional, seja pela orquestração dos interesses econômicos e ambientais dos complexos agroindustriais que compõem esse território (sucroalcooleiro e agrícola), seja pelos impactos gerados por esses complexos na região, que, devido ao momento de reestruturação de tais complexos, impõem um desafio adicional ao desenvolvimento autossustentável. As propostas de políticas públicas apresentadas no projeto levarão em consideração três questões articuladas no escopo do desenvolvimento sustentável: a) impactos socioeconômicos e ambientais; b) viabilidade política, tecnológica e econômica; e c) a articulação dos atores sociais interessados no desenvolvimento sustentável regional, que podem constituir uma rede de poder territorial e dar curso para as políticas desenhadas. É urgente para a região e para os complexos, no sentido do desenvolvimento autossustentável, o redesenho de políticas públicas que rompam com o verticalismo socialmente excludente das políticas da pré-década de 1990 e que incorporem três elementos fundamentais do presente: 1) a sustentabilidade regional, por meio da construção social e cultural existentes na bacia do Mogi-Mirim, influenciadas pelas especificidades ambientais, políticas, sociais e econômicas dos complexos presentes no território; 2) as criações de estruturas de suporte político, técnico-econômico que permitam o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, possam capacitar os atores sociais; e 3) a redução do desequilíbrio de poder nos complexos agroindustriais que possibilitem o fim do processo de exclusão social.

### 106 O gasto em saúde no Estado de São Paulo: métodos e tendências

Bernard Francois Couttolenc  
Faculdade de Saúde Pública  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 2000/02018-4  
Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O presente projeto tem dois objetivos, um de ordem metodológica e outro de ordem analítica. O primeiro consiste em adaptar para o Brasil uma metodologia padronizada de coleta, classificação e análise do gasto em saúde em seus componentes público e privado, baseada na Conta Nacional Saúde adotada por vários países. Essa metodologia será aplicada à sistematização, revisão e consolidação das estimativas de gasto público e privado em saúde nos últimos 20 anos. Os dados assim revisados serão utilizados, no que constitui o segundo objetivo do estudo, para analisar as tendências do gasto em saúde no Estado de São Paulo em seus componentes público e privado e sua contribuição relativa no financiamento da saúde no

estado, bem como identificar e caracterizar os grupos populacionais usuários dos serviços públicos e privados. Na primeira fase do projeto será procedida uma revisão da literatura e aplicações da Conta Nacional Saúde e desenvolvida uma versão adaptada à realidade do estado. Para isso, o projeto contará com a assessoria técnica de um pesquisador da Universidade de Barcelona com experiência nessa metodologia. Na segunda fase do projeto, com duração prevista de 24 meses, a metodologia assim desenvolvida será aplicada à consolidação e análise do gasto em saúde no Estado de São Paulo nos aspectos mencionados acima. Pretende-se que esse estudo constitua um projeto-piloto na sistematização das informações sobre o gasto em saúde e que a metodologia possa posteriormente ser aplicada a nível nacional, estadual ou municipal.

### 107 O orçamento participativo – estudo de caso do município de Santo André

Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho  
Programa de Estudos Pós-graduação em Economia Política  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Processo 2000/02017-8  
Vigência: 1/1/2001 a 31/7/2001

Os processos de orçamento participativo (OP) vêm despertando crescente interesse. A orçamentação participativa é, em geral, defendida pela possibilidade de melhorar a gestão pública, tomando-a mais eficiente, ampliando a prática democrática pelo envolvimento da população e reduzindo espaços de arbítrio, corrupção e clientelismo. Estudos realizados até aqui sobre as experiências em curso são insuficientes para aferir em que medida esses objetivos têm sido alcançados. Faltam análises sistematizadas dos problemas enfrentados e dos resultados obtidos, o que dificulta avaliar e aprimorar o processo como um todo e capacitar melhor os participantes. Pretende-se pesquisar a experiência do OP do município de Santo André, SP, quinto PIB do estado (1993). Experiências mais conhecidas e a literatura já existente sobre elas serão utilizadas como referência. A pesquisa envolverá os seguintes aspectos: os objetivos e os instrumentos propostos pelo governo, procurando verificar a adequação entre as metas a atingir e a metodologia adotada no OP; os resultados obtidos na alocação de recursos do orçamento municipal, verificando em que escala se alterou a composição do gasto, em termos de prioridades e concentração nas demandas sociais apontadas no OP e seu impacto na qualidade de vida da população; a prática do processo em termos de participação dos atores envolvidos, identificando em que medida se ampliou a esfera de decisão; a percepção dos diversos atores envolvidos, verificando as possíveis mudanças no âmbito das relações interinstitucionais no Poder Público e deste com a sociedade civil. O Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da

PUC-SP terá como parceira a prefeitura de Santo André, envolvendo também instituições que vêm se apropriando do conhecimento sobre o OP e difundindo-o: o Instituto de Governo e Cidadania do ABC e o Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André.

### 108 Economia regional e os problemas do emprego: o caso de São Paulo

Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior  
Fundação do Desenvolvimento Administrativo  
Secretaria de Economia e Planejamento  
do Estado de São Paulo (SEPSP)  
Processo 2000/01409-0  
Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O objetivo deste trabalho é compreender os problemas estruturais do emprego no Estado de São Paulo com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas por parte da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert). Isso pressupõe investigar os efeitos das mudanças da base produtiva sobre a evolução da estrutura ocupacional de São Paulo nos anos 1990. Nesse período, marcado pela desaceleração do crescimento econômico, pela alteração do padrão técnico-econômico e pela alteração dos marcos regulatórios da economia brasileira, os problemas ocupacionais do país agravaram-se de maneira particularmente forte, atingindo São Paulo, estado que concentra o parque industrial do país. A consecução de tal objetivo supõe duas etapas. A primeira consiste em realizar a avaliação do emprego (ocupação em atividades de média e alta produtividade do trabalho), do subemprego (ocupação em atividades de baixa produtividade do trabalho) e do desemprego no nível do Estado de São Paulo, segundo a metodologia desenvolvida pela pesquisa Economia Regional e os Problemas do Emprego, realizada recentemente pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) em convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A segunda destina-se ao aprofundamento qualitativo da análise, mediante elaboração de um diagnóstico das características estruturais da economia estadual e sua transformação no período recente. Esse diagnóstico presta-se a identificar os determinantes estruturais da evolução da ocupação em cada um dos municípios paulistas, agrupados em regiões e sub-regiões, tanto do ponto de vista da dinâmica setorial da atividade produtiva dessas localidades como da evolução das especificidades de suas populações economicamente ativas. Isso nos permitirá conhecer as características da reestruturação organizacional produtiva e vocacional do segmento industrial e a natureza das mudanças de sua articulação com o setor terciário e com as atividades agrícolas, confrontando-as com o perfil da mão de obra de cada localidade e região. Do confronto entre estrutura produtiva e ocupacional e das característi-